

## Dúvidas comuns sobre um elefante

VALOR, 27/07/2007



**JOSÉ ELI  
DA VEIGA**

Schopenhauer dizia que toda verdade passa por três estados: primeiro é ridicularizada, depois, violentamente combatida e, finalmente, aceita como evidente. Com o desenvolvimento sustentável (DS) esse ciclo se completou em menos de três décadas. Um novo valor que, em muito, se assemelha aos predecessores "direitos humanos" e "justiça social". Noções que têm em comum a maldição do elefante: tão difícil de definir quanto fácil de ser reconhecido. Esforços normativos de conceituar o DS não conseguem superar certas dúvidas.

Uma é bem prática: na lista de metas da sociedade contemporânea, em que patamar de urgência se situaria a busca da sustentabilidade?

Se o critério for a urgência, é claro que acabar com a miséria, com os regimes autoritários e com as guerras, poderiam ser objetivos imediatamente citados como prioritários. Até porque seria simplesmente ridículo pensar em sustentabilidade diante de suprema humilhação da própria espécie humana, de privação de suas liberdades, e da estupidez de seus morticínios. Mas também é importante notar que, em princípio, tudo isso está contido na noção de desenvolvimento. Pelo menos quando não é rebaixada ou rejeitada porque confundida com o simples aumento da riqueza, ou crescimento econômico.

Se por desenvolvimento se entender o processo de expansão das liberdades humanas - na linha proposta por Amartya Sen - então o DS deve ser simplesmente considerado a mais alta prioridade. Basicamente porque procura enfatizar que a busca de bem-estar, de democracia e de paz precisa ser combinada, em última instância, à necessidade de conservação de suas próprias bases materiais. Isto é, da conservação dos ecossistemas, por mais artificializados que alguns necessariamente se tornem.

Outra dúvida das mais freqüentes é se a crise de insustentabilidade, com a qual se defronta a humanidade, exigirá profunda transformação do modelo dominante de civilização, ou se poderá ser superada com inovações, adaptações e reformas pontuais.

---

**Foi a consciência sobre o possível encurtamento da presença da espécie humana no planeta que levou à formulação da expressão desenvolvimento sustentável**

---

O problema é que tal disjuntiva é falsa, pois qualquer profunda transformação do que se pode chamar de "modelo dominante de civilização" jamais será obtida sem muita inovação, adaptação e reforma. O melhor exemplo está no processo de aquecimento global, certamente o tópico número um de qualquer agenda de DS. Será impossível reduzir o aquecimento se não forem descobertas maneiras de descarbonizar as matrizes energéticas. Isso dependerá essencialmente de decisivos investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I). Como eles produzirão mais resultados em certas situações do que em outras, também serão exigidos imensos esforços de adaptação. O que também será impossível se boas reformas não forem introduzidas, seja com o objetivo de estimular a emergência de inovações, seja com o objetivo de facilitar os processos de adaptação. E se tudo isso for conseguido, será inevitável constatar que a transformação foi realmente profunda. Por isso, não se trata de um dilema do tipo " reforma ou revolução " , mas de uma agenda reformista que, se levada à prática, obrigatoriamente terá engendrado uma revolução.

A terceira dúvida mais comum é se a luta pela sustentabilidade deve se ater a questões diretamente relacionadas ao meio ambiente, ou se demanda o enfrentamento concomitante dos grandes problemas sociais, econômicos, políticos da atualidade.

Trata-se, na verdade, de um subproduto da banalização a que foi submetido o termo "sustentabilidade". O substantivo "desenvolvimento" só passou a ser irrevogavelmente seguido pelo adjetivo "sustentável" para enfatizar a necessidade de compatibilizar as principais aspirações da espécie humana com a necessidade de conservar os ecossistemas que viabilizam sua própria existência. Assim entendida, a luta pela sustentabilidade deve, portanto, focar as questões eminentemente ambientais, já que todos os problemas sociais, econômicos, e políticos estão e permanecerão contidos no substantivo "desenvolvimento". Claro, como houve um processo de diluição do significado do adjetivo "sustentável" e do substantivo "sustentabilidade", muita gente é obrigada a enveredar por esse blablá das "múltiplas sustentabilidades", sem perceber que tal operação só serve para sabotar a necessidade de ênfase na valorização cultural da natureza.

De resto, quando se pergunta como o DS deve ser compreendido, é inevitável que se enfrente um dilema filosófico dos mais difíceis.

Para os adeptos da filosofia analítica, largamente dominante na

atualidade, o DS não pode passar de mera retórica, pois existem pelo menos três sentidos científicos do termo "desenvolvimento", e pelo menos outros três do termo "sustentabilidade". Quase nada pode dizer uma expressão que tenha os nove significados resultantes das combinações desses dois termos.

Ao contrário, para os adeptos da filosofia dialética (inteiramente fora de moda), o DS faz todo o sentido, pois para eles o momento analítico é apenas a primeira etapa da reflexão. Depois de esmiuçar o que poderia ser o desenvolvimento, e o que poderia ser a sustentabilidade, o pensamento dialético procura entender o sentido dessa conjunção em sua totalidade. Isto é, não apenas em seus termos lógico-formais, mas na relação que os vincula ao modo em que se expressa o debate público sobre questões que a humanidade não pode deixar de se interrogar. E a humanidade nunca se interroga sobre questões que não possa tentar resolver. Foi a consciência coletiva sobre o possível e provável encurtamento da presença da própria espécie humana neste planeta que levou à formulação da expressão DS para se referir à esperança de que seja possível compatibilizar a expansão de suas liberdades com a conservação dos ecossistemas que constituem sua base material.

Enfim, o DS não apresenta dificuldade cognitiva para quem tenha se acostumado a pensar em termos dialéticos, mas revela uma tremenda inconsistência quando é evocado por paladinos da filosofia analítica.

José Eli da Veiga, professor titular do departamento de economia da FEA/USP e coordenador de seu Núcleo de Economia Socioambiental (NESA), escreve mensalmente às terças e excepcionalmente hoje.  
Página web: [www.zeeli.pro.br](http://www.zeeli.pro.br)